

17.11.93

A.1.4

# RENAMO pronta a acantonar suas forças

— afirma Dhlakama em declarações ao «Notícias»

por Jaime Cuambe (texto) e C. Bernardo (foto)

Am mais atrasos processo de paz. comunidade de tolerar que a resolução letra o Ministro do

cantonamento, e o Governo se unilateral, e disse namental falta três locais de to da parte da andá não foram

er lugar de esse não houver se o processo, se pode fazer a não há centro de no, alguém fica por as forças ue não tem lugar so já seria uma NUMOZ. A regra mento é que tem concluiu o titular

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, assegurou ontem ao «Notícias» que o seu movimento está preparado para acantonar as suas forças a partir do próximo dia 30 de Novembro, segundo reza a nova calendarização da implementação do Acordo Geral de Paz. Dhlakama falava momentos após ter desembarcado no Aeroporto Internacional de Maputo, vindo de Maríngué, província central de Sofala, o quartel-general da Renamo.

Afonso Dhlakama afirmou que um dos propósitos que o fez deslocar-se ao seu quartel-general, em Maríngué, foi a questão do acantonamento das tropas do seu movimento, que deverá acontecer a partir do próximo dia 30 de Novembro.

— Nós (Renamo) já tratámos da questão relativa ao acantonamento. Eu (Afonso Dhlakama) estive na Gorongosa e acho que os nossos oficiais vão seleccionar um dos lugares onde o acantonamento vai arrancar dentro dos prazos estabelecidos no novo calendário que foi aprovado pelo Governo e pela Renamo, e estamos certos que

não haverá mais demoras — foi este o optimismo do líder da Renamo, em resposta a uma pergunta do nosso diário.

As declarações do líder da Renamo surgem quando faltam apenas 14 dias para o início do acantonamento das forças governamentais e daquele movimento armado, operação que deverá arrancar em 30 de Novembro, altura em que vai iniciar-se igualmente o desmantelamento dos grupos armados, paramilitares, privados e irregulares.

O Governo fez recentemente um pronunciamento público afirmando que não há nada, em princípio, que deva

impedir o começo deste processo no próximo dia 30 de Novembro, porque a maior parte dos centros de acomodação já foi reconhecida e adoptada.

Um observador internacional do processo de pacificação moçambicano contactado telefonicamente pelo «Notícias» a propósito das declarações de Afonso Dhlakama, afirmou «tratar-se de uma declaração que anima as Nações Unidas e toda a comunidade internacional, uma vez que o Governo já declarou publicamente que está disposto a acantonar incondicionalmente a 30 de Novembro, independentemente das condições existentes no terreno».

Por seu turno, as Nações Unidas dizem que os seus observadores já tomaram posições em alguns centros e estão prontos a movimentar-se para outros locais, «pelo que as dificuldades não virão da ONU».

O Ministro do Trabalho, Teodato Hunguana, disse recentemente ao nosso diário haver uma discussão que está a ser feita à volta de alguns centros de acantonamento, que são pontos em disputa, tais como Salamanga e Zitundo, «que a Renamo ocupou depois de 4 de Outubro do ano passado e que considera zonas suas e indica tais pontos como zonas de acantonamento».

«Nós dissemos que se a Renamo quer que alguns desses pontos sejam centros de acantonamento deve fazer um pedido formal à Comissão de Cessar-Fogo e que essa questão depois deve ser encaminhada ao Governo para analisar e ver se sim ou se não», disse Teodato Hunguana.

## LEI ELEITORAL O «CALCANHAR DE AQUILES»

No tocante à elaboração da futura lei eleitoral, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, não mostrou qualquer sinal de o seu movimento vir a fazer alguma concessão, que contribua para flexibilizar a aprovação do documento pela Assembleia da República, até finais do mês em curso.

Segundo Dhlakama, não é o seu movimento que deve desbloquear o actual impasse que encalha as consultas do futuro código jurídico das eleições multipartidárias em Moçambique.

— A Renamo não pretende de algum modo impedir que os emigrantes moçambicanos votem nas próximas eleições gerais. Nós (Renamo) achamos que é impossível que, pelo menos nestas eleições, os emigrantes gozem do direito de voto, porque o processo está atrasado e é pela primeira vez que em Moçambique se vão realizar eleições multipartidárias — disse.

Afonso Dhlakama é de opinião que os partidos de oposição não estão em condições de poderem supervisionar as eleições fora do país, e mostra-se desconfiado quanto à seriedade dos representantes governamentais no exterior, a quem acusa de poderem vir a engendrar uma fraude eleitoral.

A desconfiança do líder da Renamo é tal que afirmou: «se a Renamo fosse a acitar que, por exemplo, o Governo controlasse o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e as comissões provinciais e distritais de eleições, seria o mesmo que acitar a vitória da Frelimo antes das eleições».

Contudo, círculos políticos moçambicanos continuam a acreditar que só um «cara a cara» Chissano/Dhlakama poderá remover todos os obstáculos que estão a emperrar as



Dhlakama recebendo cumprimentos de boss-vindas dos quadros do seu movimento

## Renamo defende direito dos emigrantes ao voto eleitoral

O central do Partido Frelimo alertou para a validade da posição da Renamo de impedir que os moçambicanos votem nas primeiras eleições previstas para Outubro próximo no país. O facto é uma mensagem daquele partido aos emigrantes ontem recebida na nossa Redacção.

Afonso Dhlakama quer que os emigrantes do sufrágio universal, o qual pedirá vir a intenção de voto, sejam, o Executivo da Nação e das que em defesa da democracia, as primeiras cedências, aceitáveis, para que as regras no processo-... ao contrário, tem este processo com a... de novas pré-... amada do retorno...

qualquer parte do mundo cabe aos respectivos governos decidirem pela abertura ou encerramento de

embaixadas, pela designação de embaixadores e outros funcionários. — O Partido Frelimo assegura a todos os cidadãos e, nesta circunstância, particularmente aos emigrantes, que, (...) fará sempre tudo o que estiver ao seu alcance para que a vontade dos cidadãos seja o valor maior da nossa soberania, como povo e como Nação — finaliza a mensagem.

## CEE compra no país 20 mil toneladas de milho

A Comunidade Económica Europeia (CEE) adquiriu no passado mês de Outubro 20 mil toneladas de milho no país junto de camponeses e principais intervenientes no processo de comercialização de excedentes agrícolas, com a finalidade de criar uma reserva alimentar. Esta medida aliviará em parte os camponeses que, por incapacidade financeira dos intervenientes,

esperam ver a sua produção adquirida quando o Programa Mundial para Alimentação (PMA) iniciar a operação de compra de 25 mil toneladas de milho em todo o país.

A CEE afirma que um programa semelhante deverá ser levado a cabo só no próximo ano e grande prioridade será dada à compra local de cereais, com maior